

Comissão Coordenadora

Proposta de relato da reunião que se realizou no dia 22 de outubro de 2018, pelas 14h30, no Conselho Nacional de Educação (CNE), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do relato da reunião anterior;
3. Anteprojeto de Recomendação sobre a transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional
4. Reflexão em torno da oportunidade de uma recomendação sobre Educação de Adultos;
5. Estado da Educação 2017;
6. Atividades em preparação;
7. Atividades das Comissões;

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além da Presidente, Maria Emília Brederode Santos, e do Secretário-Geral, Manuel Miguéns, os Conselheiros Bártolo Paiva Campos, Joana Brocardo, João Cravinho, Pedro Lourtie, Rui Canário e Sérgio Niza.

A reunião iniciou-se com as boas-vindas dadas pela Senhora Presidente que agradeceu a presença de todos e perguntou aos senhores conselheiros se queriam transmitir alguma informação. O Conselheiro Sérgio Niza pediu a palavra e informou que a primeira reunião da 4.^a CEP sob a sua coordenação será no dia 29 de outubro p.f.

Não existindo informações fora do âmbito dos pontos seguintes da ordem de trabalho, foi aprovado o relato da reunião anterior e dada a palavra ao coordenador da 5.^a CEP, conselheiro Bártolo Paiva Campos, que procedeu a uma súmula dos trabalhos preparatórios e do teor da recomendação sobre a transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional.

Do debate superveniente salientam-se as seguintes ideias:

- Seria interessante acrescentar ao texto da recomendação uma referência à necessidade de proceder à concertação local dos diferentes aspetos da ação educativa.
- É importante referir o valor educativo das políticas sociais, económicas e outras.
- A existência de dupla tutela relativamente às competências das escolas é controvertida.

- A questão da descentralização da educação não está completamente contemplada na lei-quadro, dado não conter referência à educação não formal.
- Existem diferentes níveis de expectativas da parte dos municípios relativamente à descentralização e alguns não desejam um quadro tão responsabilizante.
- O subtítulo G, denominado *Conselho Municipal de Educação*, do título das recomendações específicas, poderia ser repensado.
- É pertinente clarificar as competências das escolas e dos municípios.
- Algumas das recomendações específicas inscritas no capítulo V já constam da letra da lei mas não são aplicadas.
- Em termos gerais, é importante articular os conteúdos dos pareceres e das recomendações do CNE.

Neste ponto a Senhora Presidente fez uma pequena síntese dos contributos e questionou da possibilidade de se efetuar uma revisão do subtítulo G, tendo ficado acordado que o conselheiro Rui Canário apresentará uma proposta de redação.

De seguida, a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Secretário-Geral para resumir os trabalhos de elaboração do relatório Estado da Educação 2017. Ficou estabelecido que o relatório será apresentado na próxima sessão plenária do Conselho a realizar no dia 21 de novembro p.f. às 10h. A ordem de trabalhos incluirá igualmente o projeto de recomendação sobre a transferência de competências para as autarquias.

A Senhora Presidente iniciou o ponto 4 da ordem de trabalhos e passou a palavra ao conselheiro Rui Canário que apresentou um resumo dos trabalhos da 3.^a CEP e introduziu o tema da oportunidade de uma recomendação sobre educação de adultos. O ponto de partida poderia ser uma avaliação da situação existente seguida de propostas de melhorias. É interessante pensar um quadro alargado da educação no qual se inclua a educação de adultos. É útil refletir sobre a necessidade de cobrir áreas da população não abrangidas pela oferta educativa atual. Deve ser dada atenção às regiões do interior onde se concentra a população não ativa. Importa articular políticas sociais, responsabilizar os municípios e melhorar a oferta educativa.

Os relatores do anteprojeto de recomendação poderiam ser os conselheiros Rui Canário e Cristina Vieira.

Relativamente ao ponto 6 da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente informou que estão em preparação duas atividades. A primeira terá lugar no dia 26 de novembro p.f. e refere-se à celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos. A segunda decorrerá no dia 6 de dezembro e trata-se do IV FILM - Fórum Informal de Literacia Mediática – que resulta de uma organização conjunta do Conselho Nacional de Educação e do GILM - Grupo Informal sobre Literacia Mediática. O principal objetivo deste evento é a reflexão e o debate sobre as competências digitais e mediáticas dos cidadãos.

De seguida o conselheiro João Cravinho fez uma súmula dos trabalhos da 6.^a CEP. Destaca-se que está a ser preparada uma conferência sobre o futuro da educação e da tecnologia, que contará com a participação da Presidência da República. Seria

interessante incluir no Estado da Educação do próximo ano uma referência às questões da revolução tecnológica e do futuro do trabalho.

A conselheira Joana Brocardo informou que a 1.^a CEP realizou audições para perceber o impacto da aplicação do projeto de gestão flexível do currículo, tendo contado com a presença de diretores de duas escolas e do diretor-geral e da subdiretora-geral da educação. A 1.^a CEP inseriu na sua agenda o debate dos resultados do *Trends in International Mathematics and Science Study* (TIMSS), isto é, a avaliação internacional do desempenho dos alunos do 4.º e do 8.º ano de escolaridade em Matemática e Ciências, e do *Progress in International Reading Literacy Study* (PIRLS) desenvolvidos pela International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA). Estes estudos estão a ser trabalhados pela assessoria do CNE e o resultado desse trabalho será analisado no âmbito da Comissão. Para além desta atividade, a 1.^a Comissão continua a acompanhar as questões do currículo e da inclusão.

O conselheiro Sérgio Niza referiu que na próxima reunião da 4.^a CEP serão agendadas as atividades a desenvolver. Focou a questão do acompanhamento da necessidade de docentes nos próximos anos e da importância, nesta matéria, do planeamento sustentado em dados.

A Senhora Presidente agradeceu a participação de todos e concluiu os trabalhos pelas 18 horas.